

ATA SEI



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - COMDEMA



14/10/1991
35 Anos

A Presidência do COMDEMA Conselho Municipal de Meio Ambiente, faz saber: O COMDEMA, criado por intermédio do ([Decreto 6.652, de 14 de Outubro de 1991](#)), constitui colegiado autônomo, de caráter permanente, consultivo, deliberativo e normativo do Sismmam - Sistema Municipal de Meio Ambiente ([Lei Ordinária 5.712, de 19 de dezembro de 2006](#)), organizado para cumprimento de sua competência legal, conforme Regimento Interno ([Decreto 53.451, de 27 de fevereiro de 2023](#)), e suas atualizações, e, conforme o Código Municipal de Meio Ambiente, ([Lei Complementar 29, de 14 de junho de 1996](#)). As Reuniões Plenárias Ordinárias ocorrem conforme [Calendário Anual](#), e demais informações ou inscrições para as atividades do Conselho poderão ser solicitadas através do e-mail: sama.uac@joinville.sc.gov.br

Ata da Reunião Ordinária do COMDEMA Conselho Municipal de Meio Ambiente realizada em 06/05/2026.

No sexto dia do mês de maio do ano dois mil e vinte e seis, às dez horas, reuniu-se o Comdema Conselho Municipal de Meio Ambiente em Sessão Plenária Ordinária presencial, realizada no Auditório da ACIJ, na Rua Aluísio Pires Condeixa, 250 - bairro Saguauçu, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina. [Estiveram presentes](#) os seguintes [Integrantes](#) do Comdema, mandato de 01/03/2025 à 28/02/2027, conforme [Decreto 64.409, de 7 de janeiro de 2025](#) e suas atualizações: Fabio João Jovita, Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente; Samir Alexandre Rocha, da SECULT; Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA; Luisa Helena Jordan, do OSB; Cristina Jandrey Silva, da ADUNORTE; Valquíria Viviani Rodrigues Backes Forster, da SAS; Renan Gonçalves de Oliveira, do SINDUSCON; José Mário Gomes Ribeiro, do CHBB; Dieter Klostermann, da AEA Babitonga; Eder Corbari, do CREA; Osmar Leon Silivi Júnior, da SEHAB; Cláudia Márcia Lima Carvalho Santos, da SEINFRA; Jordana Albino Vieira Pedroso, do IMA; Virginia Grace Barros, da UDESC; Danielle Perez Alvarez, da AJORPEME; Luís Rogério Pupo Gonçalves; Aldo Borges, do ROTARY; Maiko Alexander Bindemann Richter, da SEPROT; Erica Romanha Dagostin, da ACIJ, e, Priscila de Lima Watanabe Quandt, da SECOVI. Demais participantes e ouvintes também se fizeram presentes, cujos nomes serão lançados nessa Ata, juntamente com a anexação da lista de presença dos Conselheiros, mencionando: Dalzemira Anselmo da Silva Souza, da SECULT; Vera Márcia Verch, Luiz Carlos da Silva Seixas, Guilherme Miozzo da Cunha, e, José Augusto de Souza Neto, da SAMA. Na reunião foram desenvolvidos os seguinte assuntos pautados na convocatória: **1) Aprovação da Ata COMDEMA: Reuniões 11/03/2026 e 15/04/2026;** **2) Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA);** **3) Junho Verde - Programações;** **4) Sugestões de Pauta e Palavra Livre: Novo Código do Meio Ambiente (andamentos) e Câmara Técnica Dosimetria (andamentos).** **Pauta 1) Aprovação da Ata Comdema: Reuniões 11/03/2026 e 15/04/2026:** O Presidente do Comdema, Fabio João Jovita cumprimentou a todos, deu boas vindas, agradeceu as presenças, e após a verificação do quórum regimental iniciou a reunião questionando aos Conselheiros se todos receberam as Atas encaminhadas, dos dias 11/03/2026 e 15/04/2026, e se haviam quaisquer contribuições ou manifestações a serem feitas. Não ocorrendo manifestações ou demais considerações foi colocada em votação as Atas das Reuniões Plenárias dos dias 11/03/2026, a qual foi aprovada por unanimidade de votos dos Conselheiros, sendo registrada 2(duas) abstenções, e, 15/04/2026, as quais foram aprovadas por unanimidade de votos dos Conselheiros, sendo registrada 5(cinco) abstenções. O Presidente do Comdema, Fabio João Jovita conclui a pauta, passando para o próximo item. **Pauta 2) Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA):** O Presidente Fabio João Jovita convida a Conselheira Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA.UGA para apresentação desta pauta, a qual cumprimenta a todos, agradece pela oportunidade, e inicia sua explanação destacando a presença de novos conselheiros no plenário. Justificou a necessidade de realizar uma apresentação de nivelamento sobre o Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA), tendo em vista que muitos dos novos integrantes não participaram das etapas anteriores de construção e aprovação do documento. Ressaltou que a compreensão do histórico do plano é fundamental para que os Conselheiros possam integrar a Câmara Técnica e contribuir de forma qualificada nas discussões sobre os novos objetivos e diretrizes a serem estabelecidos. Informou, por

fim, que para essa contextualização foi retomada a mesma apresentação exibida ao COMDEMA por ocasião da aprovação original do plano. A Conselheira prosseguiu explicando que o material exibido resgatava integralmente a apresentação do passado, justificando inclusive a manutenção do logotipo antigo da então Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, tendo sido acrescido apenas um panorama numérico das ações em andamento ao final do documento. Em seguida, detalhou o objetivo do Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA), ressaltando sua vinculação com a Lei Federal nº 11.428 de 2006, que prevê a elaboração do Plano voltado à conservação e recuperação do bioma em todo o território, além da obrigatoriedade de aprovação pelo Conselho Municipal. Contextualizou o cenário histórico de 2016 e 2017, lembrando que o Governo Federal havia estabelecido prazos para a entrega do plano sob pena de o município ficar impedido de receber recursos do Ministério do Meio Ambiente voltados à conservação. Apontou ainda que, na época, a ausência do Plano comprometeria a continuidade das autorizações de corte pelo município, que dependiam de Termo de Cooperação e Delegação do Estado para áreas superiores a três hectares. A palestrante recordou a mobilização nacional do Ministério do Meio Ambiente e das Federações de Municípios para a realização de capacitações no período de 2015 e 2016, mencionando a participação de servidores da Secretaria. Por fim, apresentou a fundamentação jurídica baseada na referida Lei e no Decreto Regulamentador nº 6.660 de 2008, detalhando o conteúdo mínimo exigido para o Plano, que abrange o diagnóstico local, a identificação dos principais vetores de desmatamento e ameaças, a indicação de áreas prioritárias para conservação e recuperação, além de ações preventivas contra a destruição da vegetação nativa. Pontuou que o Plano prevê a possibilidade de elaboração em parceria com instituições de pesquisa e organizações da Sociedade Civil, reforçando a obrigatoriedade de sua aprovação pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente. Informou que a Secretaria não realizou contratações externas para esse fim, tendo o trabalho sido executado internamente e coordenado pelos próprios técnicos da Unidade de Gestão Ambiental. Explicou que o processo contou com o apoio de outras Secretarias Municipais, visto que o Plano abrange todo o território, perpassa diversas políticas públicas e deve estar devidamente alinhado ao Plano Diretor do Município. Para viabilizar o desenvolvimento conjunto, foi instituído um Grupo Técnico (GT), metodologia comumente aplicada na elaboração de Planos de Manejo. Concluiu destacando que o PMMA confere aos Municípios total ou parcialmente inseridos no bioma a oportunidade de atuar de forma proativa na defesa, conservação e restauração da vegetação nativa por meio da definição de áreas prioritárias, além de buscar retratar a realidade local para orientar as ações governamentais com base no reconhecimento dos valores naturais e das tendências socioeconômicas do município. A Conselheira explicou que o Plano apresenta seus objetivos de forma mais lúdica no material, observando que, embora os municípios tenham autonomia na elaboração, as diretrizes seguem normativas e um roteiro específico de elaboração e implementação fornecido pelo Ministério do Meio Ambiente em 2017. Detalhou que, com base nesse roteiro, foram estabelecidas metas para a conservação dos remanescentes e a identificação de áreas que necessitam de recuperação, visando diminuir a pressão sobre o bioma, além de conciliar o desenvolvimento socioeconômico e a infraestrutura urbana com outros planos setoriais. Celebrou o fato de o Município atualmente contar com todos os seus Planos de Manejo concluídos — diferentemente do cenário inicial de aprovação do PMMA, quando apenas o plano da UC Parque Caieira estava em andamento —, o que abre uma oportunidade para compatibilizar as diretrizes do PMMA com esses novos Planos, novas legislações e o próprio Plano Diretor. Por fim, discorreu sobre as etapas do processo participativo de elaboração, relatando que a primeira etapa envolveu a orientação estratégica do Grupo de Trabalho e a definição de um plano de trabalho, seguida pelo diagnóstico local. A segunda etapa consistiu na elaboração propriamente dita, com a definição conjunta dos objetivos e das ações prioritárias para proteção e conservação, culminando com o rito de aprovação. Concluiu apontando que o Plano se encontra atualmente na fase de implementação e monitoramento. Ao analisar o ciclo de monitoramento do Plano, a Conselheira ressaltou que este engloba diversas ações contínuas que integram a rotina do município, a exemplo das atividades de fiscalização. Informou que esses aspectos práticos serão analisados no âmbito da Câmara Técnica, cuja constituição e aprovação estimou que ocorreriam na presente Sessão Plenária. Retomando o histórico das etapas iniciais, ressaltou que o objetivo do processo participativo foi o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente através da aprovação dos Planos de Conservação. Relembrou que entre abril e julho de 2018, foi realizada uma capacitação de quarenta horas voltada aos Conselheiros e à equipe técnica para prepará-los para a aprovação do Plano, ministrada por uma Associação Nacional de Municípios, com a participação da ONU. Mencionou também a realização do primeiro seminário regional da Mata Atlântica, em julho de 2018, conduzido pela Associação dos Municípios do Vale do Itapocu (AMVALI), evidenciando a mobilização das Associações Municipalistas na temática. No que se refere à segunda etapa, detalhou a realização de quatro oficinas técnicas temáticas que contaram com a participação de organizações não governamentais, universidades, Ministério Público Federal, Secretarias Municipais, Polícia Militar Ambiental, Conselheiros e Associações Representativas. Explicou que o propósito desses encontros foi apresentar os dados do diagnóstico prévio e debater as propostas do Plano por eixos temáticos, ocorrendo a oficina de participação social e áreas prioritárias em abril de 2018; a de corredores ecológicos propostos em maio de 2018; a de programas de educação ambiental em junho de 2018; e, por fim, a oficina sobre remanescentes de vegetação nativa e vetores de desmatamento em agosto do mesmo ano. A Conselheira explicou que o diagnóstico realizado nas etapas iniciais abrangeu a análise do meio físico, o mapeamento dos remanescentes de vegetação na escala de um para cinco mil, o levantamento de dados sobre mudanças climáticas, os vetores de desmatamento, a capacidade de gestão do próprio município e os Planos e Programas vigentes. Apresentando o mapa gerado na época, ressaltou que houve mudanças na configuração territorial, o que justifica a necessidade de sua atualização. Informou que há uma recomendação técnica para que o Plano seja revisado a cada seis anos e, tendo em vista que o documento original foi aprovado no ano de 2020, o município encontra-se exatamente no prazo regulamentar para iniciar esse processo de revisão. Concluiu apontando que, para dar início aos trabalhos de atualização, caberá à Câmara Técnica avaliar as metas executadas, identificar as demandas pendentes e revisar as diretrizes que eventualmente perderam o sentido no cenário atual. Relembrou que a segunda etapa do processo incluiu a apresentação do diagnóstico

para consultoras do projeto da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANAMMA), contratadas via Organização das Nações Unidas (ONU). Relatou que a reunião ocorreu em agosto de 2018, na antiga sede da Secretaria de Meio Ambiente (SAMA), localizada no complexo Piazza Itália, em uma sala conhecida localmente como Capela. Destacou que os resultados preliminares apresentados por Joinville receberam elogios expressivos da coordenação do projeto, que na época visitava as administrações locais da região Sul. Conforme recordou, os avaliadores enaltecem o caráter proativo da equipe técnica municipal e o nível de organização institucional. Mencionou, por fim, que a coordenação dos trabalhos contava com a liderança de Carlos Henrique, então secretário de Meio Ambiente do Município de Itapoá e hoje vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, cuja atuação foi confirmada em Plenário pelos presentes. A Conselheira relatou que a reunião com os Consultores da ANAMMA resultou em orientações fundamentais que direcionaram a equipe técnica na definição dos objetivos, das áreas prioritárias e das ações estruturadas por eixos. Informou que as metas estão divididas em quatro eixos temáticos principais: desenvolvimento urbano industrial, desenvolvimento rural, capacidade de gerenciamento ambiental e Unidades de Conservação. Explicou que esses eixos totalizam aproximadamente 71 ações e que a planilha de acompanhamento detalhada será o objeto de análise minuciosa por parte da Câmara Técnica. Na sequência, fez referência ao mapa de áreas prioritárias para conservação, atualmente disponível para consulta no Sistema de Informações Geográficas, ponderando que o cenário legal e territorial mudou significativamente, o que demandará a atualização dessa cartografia. A palestrante observou que boa parte das áreas prioritárias coincide com as Unidades de Conservação (UCs) e mencionou, como exemplo de inconsistência a ser corrigida, uma UC Estadual na região do Bracinho que constava no plano original, mas cuja criação nunca se concretizou formalmente junto ao Estado. Por fim, apontou a necessidade de rediscutir e avaliar a política de corredores ecológicos que foram propostos na época, mas nunca instituídos de fato, destacando que a Câmara Técnica precisará enfrentar esses questionamentos para redefinir as estratégias do Plano. A Conselheira discorreu sobre a terceira etapa do processo, que correspondeu à aprovação do PMMA pelo COMDEMA, em cumprimento à obrigação legal contida no artigo 43 do regulamento do bioma. Detalhou o cronograma de tramitação interna iniciado em maio de 2019 com a primeira apresentação em Plenário, seguido pela instauração de um grupo de trabalho no âmbito da Câmara Técnica em junho do mesmo ano. Relatou que a Câmara Técnica promoveu debates intensificados ao longo do segundo semestre de 2019, realizando de um a dois encontros temáticos mensais voltados à análise das áreas prioritárias e demais componentes do Plano, culminando na aprovação do relatório final pelo órgão técnico em outubro daquele ano. Informou que os debates e os refinamentos do texto estenderam-se pelos meses de janeiro e fevereiro de 2020 e, após a disponibilização do documento a todos os Conselheiros para a elucidação de dúvidas em reunião realizada no fim de fevereiro de 2020 — período que antecedeu os Decretos restritivos da Pandemia de Covid-19 —, o relatório final foi submetido e aprovado em reunião ordinária plenária no início de março de 2020. Reiterou a solidez do processo participativo cumprido ao longo das etapas e abordou a fase atual de monitoramento, esclarecendo que optou por apresentar os dados de forma consolidada para demonstrar que a estrutura vigente do plano contempla dez objetivos estratégicos vinculados a quatro eixos temáticos, os quais se desdobram em 71 ações. Apresentou um balanço preliminar indicando que 17 dessas ações já foram integralmente realizadas, citando como exemplo a conclusão dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Municipais. Relembrou que a meta estipulada em 2018 previa a elaboração de um Plano de Manejo a cada dois anos por execução direta da equipe técnica, sem contratações externas, devido à escassez total de recursos no Fundo ambiental à época, o que exigiu o cumprimento dessas metas concomitantemente às atividades rotineiras da Secretaria. O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita, interveio para pontuar que o Fundo municipal, na época mencionada, era prioritariamente destinado ao custeio da causa animal e a ações administrativas, esclarecendo ainda que, a partir do ano de 2021, os recursos passaram a ser vinculados exclusivamente às demandas da causa animal. A Conselheira Magda concordou com a colocação do Presidente, complementando que a reconstituição do Fundo alterou substancialmente esse cenário, viabilizando a realização de contratações externas, o que otimizou e trouxe maior agilidade ao andamento dos trabalhos. O Presidente Fábio João Jovita complementou a discussão citando exemplos práticos desse novo cenário, destacando a atualização já concluída do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) Dona Francisca, bem como os Planos de Manejo dos Parques Naturais Municipais Recanto do Finder e Caieiras, além do Parque Morro do Iririú, cujos processos de elaboração encontram-se em andamento. A Conselheira Magda acrescentou que também foram concluídos os Planos de Manejo do Parque Natural Municipal Prefeito Rolf Colin e do Parque Natural Municipal da Caieiras, além de uma revisão pontual no Plano do Parque Ecológico Municipal Morro do Amaral. Ponderou que, embora o plano geral venha a demandar uma revisão ampla no futuro por apresentar pontos defasados, as revisões pontuais têm sido adotadas por ora para evitar a paralisação dos processos. Informou que há três ações atualmente classificadas em fase de verificação e explicou que não pôde considerá-las concluídas devido à necessidade de consultar formalmente as pastas governamentais envolvidas. Diante da baixa representatividade de outras Secretarias na presente Sessão, anunciou que encaminhará memorandos oficiais aos órgãos que integraram o Grupo de Trabalho original — a exemplo da Secretaria de Habitação (SEHAB) e da Secretaria de Pesquisa e Planejamento Urbano (SEPUR) — para apurar o andamento das metas sob suas respectivas responsabilidades, uma vez que tais ações foram propostas pelas próprias pastas na época. Magda manifestou otimismo, estimando que o indicador de metas concluídas aumentará significativamente após a consolidação dessas informações, as quais, embora estejam disponíveis no Sistema de Informações Geográficas (SIMGeo), demandam oficialização. Detalhou que o balanço atual aponta 17 ações que necessitam de revisão ou adequação por não terem sido cumpridas ou por exigirem reformulação, além de 34 ações classificadas em andamento que ainda dependem de checagem. Concluiu sinalizando que, após a conclusão dessa triagem com as Secretarias, os dados atualizados serão apresentados em planilha para subsidiar os trabalhos da Câmara Técnica. Previu, por fim, que o Comitê Técnico não necessitará de um cronograma extenso, estimando que entre duas e três reuniões serão suficientes para concluir a atualização do Plano. A Conselheira encerrou sua exposição reiterando que o Plano Municipal da Mata Atlântica deve ser atualizado a cada seis anos,

ressaltando a importância de manter o documento em estrita consonância com as revisões do Plano Diretor e com as demais legislações municipais que sofreram alterações conforme as necessidades da Cidade. Sem mais manifestações o Presidente do COMDEMA, Fábio João Jovita conclui a pauta, passando para o próximo item.

Pauta 3) Junho Verde - Programações: O Presidente Fábio João Jovita convida a Conselheira Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA.UGA para apresentação desta pauta, a qual inicia sua explanação apresentando um código QR aos presentes, informando que a convocação oficial já havia sido enviada ao grupo do Conselho. Comunicou que a abertura oficial do "Junho Verde" estava confirmada para o dia três, uma quarta-feira no período matutino, coincidindo com a reunião do COMDEMA. Ressaltou a importância da presença de todos, apesar da proximidade com o feriado, adiantando que a Sessão Especial Conjunta reunirá diversos Conselhos e convidados de entidades parceiras para debater a diversidade de áreas protegidas no Município de Joinville, tema que também está retratado no PMMA. Explicou que o código QR direciona para um formulário de cadastro, reforçando que o "Junho Verde" está sendo organizado de forma cooperada entre a Sociedade Civil e Entidades Públicas e Privadas. Solicitou que qualquer ação de cunho ambiental planejada pelas Instituições ou Secretarias — como visitas, dias de campo ou atividades escolares, sejam elas públicas ou restritas — seja registrada na plataforma para que a Secretaria de Comunicação possa realizar uma divulgação coletiva e ampla no site da Prefeitura. Vera Márcia Verch, da SAMA complementou a informação reportando que o sistema já contabilizava mais de trinta atividades cadastradas e que a equipe continuava reforçando o engajamento junto a mais de setenta instituições que participaram das reuniões preparatórias. A Conselheira Magda informou que o prazo inicial para o cadastro de atividades estava fixado até o dia dez, havendo a possibilidade de estender o período por mais alguns dias para os Conselheiros, a fim de garantir que a Secretaria de Comunicação (SECOM) disponha de tempo hábil para estruturar a página oficial específica na *internet*. Esclareceu que a iniciativa funciona como um convite para que as entidades registrem ações que já realizam rotineiramente e lembrou que, como cerca de setenta instituições já haviam sido contatadas previamente, o planejamento já era de conhecimento geral. Exemplificou a articulação institucional mencionando o Seminário Anual de Educação Ambiental promovido pela Secretaria de Educação para professores das redes pública e privada, cuja temática deste ano será o "Saneamento". Anunciou que a SAMA participará do evento por meio de uma palestra ministrada pela Engenheira Sanitarista e Ambiental Cristina Henning, Coordenadora do Comitê de Implementação do Plano Municipal. Informou ainda a participação do servidor Eng. Jorge Araújo em uma mesa redondana Univille sobre o tema de cidades resilientes, voltada a docentes. Por fim, observou que muitas atividades ocorrerão de forma simultânea e em uma mesma data, o que demandará desdobramento da equipe para garantir a representação institucional nos diferentes locais. A Conselheira reforçou que a iniciativa funciona como um cadastramento livre e aberto a qualquer interessado, desde que a ação proposta possua vinculação direta com as temáticas de Meio Ambiente, Sustentabilidade ou Educação Ambiental. Compartilhou que, no período da manhã, foi registrado o cadastro de uma corrida, atendendo a um interesse anteriormente manifestado pelo Presidente Jovita. Detalhou que o evento consistirá em uma subida ao Mirante promovida pela própria SAMA, cujo local e detalhes serão divulgados posteriormente, deixando desde já um pré convite aos Conselheiros. Por fim, informou que a Secretaria também está programando ações de plantio de árvores, tendo solicitado a reserva de dois espaços específicos para a execução dessas atividades. O Secretário Executivo dos Conselhos, Neto, informou que tem alinhado com Magda o início das atividades e destacou que o marco inicial do "Junho Verde" ocorrerá na próxima Sessão Plenária. Esclareceu que a reunião não será realizada na sala habitual, mas sim no Salão Nobre da ACIJ, consistindo em uma Plenária Conjunta com a participação de todos os Conselhos Municipais com gestão da SAMA. Finalizou ressaltando a importância do engajamento dos Conselheiros, reforçando o convite para que, além de comparecerem, tragam representantes de suas respectivas Entidades, e demais interessados, para conhecerem os trabalhos. O Presidente Jovita solicitou um esclarecimento à Conselheira Magda, manifestando dúvida se, além da subida ao Mirante programada pela própria SAMA, outra entidade privada ou externa havia realizado o cadastramento de uma corrida na plataforma do "Junho Verde". A Conselheira Magda confirmou que uma instituição externa realizou o cadastramento de uma corrida voltada à temática ambiental no período da manhã. Explicou que o evento estava originalmente programado para o mês de maio, mas os organizadores — uma articulação liderada pela Univille em parceria com outras instituições — optaram por transferir a data para junho ao tomarem conhecimento da mobilização do "Junho Verde". Mencionou, por fim, que ainda não dispunha dos detalhes sobre o percurso ou o local exato da prova, mas celebrou a coincidência de o Conselho ter debatido a ideia de uma corrida e logo em seguida, receber a inscrição de um evento com esse formato na plataforma. A Conselheira Magda, em tom descontraído, questionou diretamente ao Presidente Fábio João Jovita se ele iria participar da corrida mencionada. O Presidente Fábio João Jovita respondeu positivamente à pergunta, afirmando de forma bem-humorada que, embora não saiba se terá resistência física para aguentar o percurso, pretende participar do evento por gostar da atividade. A Conselheira Magda encerrou o bloco da pauta reforçando o convite a todos e informou que, assim que a programação completa do Junho Verde estiver consolidada com o cronograma detalhado de datas, o material será amplamente disparado aos Conselheiros, lembrando que o próximo encontro oficial do Colegiado ocorrerá no dia três de junho. O Presidente Fábio João Jovita agradeceu e parabenizou a Conselheira Magda pelo empenho, expressando a expectativa de que esta edição seja o maior "Junho Verde" da história da SAMA. Relembrou a evolução histórica da iniciativa no município, pontuando que o evento começou concentrado em apenas um dia, expandiu-se para uma semana e, há cerca de três anos, passou a ocupar o mês inteiro com atividades intercaladas. O Presidente destacou que esse histórico de iniciativas e o esforço conjunto da equipe e do Conselho em prol da conscientização ambiental foram reconhecidos no ano anterior com a aprovação de uma Lei Municipal que instituiu oficialmente o "Junho Verde" como o mês do Meio Ambiente. Concluiu manifestando o desejo de fortalecer o calendário ecológico da cidade ao longo do ano, citando o potencial de mobilização para outros períodos temáticos já existentes, como o "Mês da Água", em março, e o "Mês da Árvore", em setembro. A Conselheira Magda complementou ressaltando que o município já realiza as semanas da Água e da Árvore e sugeriu que, para o próximo ano, o planejamento seja

estendido para abranger o ecossistema de manguezal. Justificou a proposta destacando que Joinville abriga uma das maiores porcentagens de áreas de mangue do estado de Santa Catarina, o que torna fundamental o desenvolvimento de ações institucionais voltadas à preservação e à conscientização sobre a importância desse bioma. A Conselheira Luisa, do OSB sugeriu, em caráter de colaboração para a programação do Junho Verde, que seja formalizado um pedido à Casa da Cultura para a realização de uma exposição de artes focada na temática do meio ambiente, ampliando as vertentes culturais e artísticas do evento. A Conselheira Magda informou que já realiza essa solicitação há três anos para que a instituição desenvolva projetos voltados à Educação Ambiental. Ponderou, contudo, que embora acredite que a Casa da Cultura apresentará alguma ação para integrar o "Junho Verde", não há garantia de que consigam ampliar a programação para além do que já planejaram. Na sequência, aproveitou a oportunidade para anunciar que recebeu uma comunicação da delegada responsável informando sobre o evento em comemoração aos quatro anos do "Programa Guará". Informou que a atividade ocorrerá no dia 11 de junho, nos períodos das 8h às 11h e das 14h às 17h, na escola localizada na região dos Espinheiros, Escola Municipal Professor Aluizius Sehnem. Detalhou que a programação terá como tema principal o Pássaro Guará, contando com exposição de obras de arte temáticas e palestras sobre o ecossistema de manguezal. Adicionalmente, o evento oferecerá uma feira para adoção de animais e serviços de encaminhamento para castração. O Presidente Jovita encerrou o anúncio informando que repassará os dados completos ao Secretário Executivo Neto para que os detalhes sejam compartilhados com todos os Conselheiros. A Conselheira Magda lembrou que o mês de maio não passará em branco, destacando as ações voltadas à Semana dos Resíduos e ao Dia Mundial da Reciclagem. Explicou que a divulgação institucional ocorreu de forma um pouco tardia devido à necessidade de aguardar o material aprovado pela Secretaria de Comunicação (SECOM). Informou que a programação prevê uma ação de recolhimento de resíduos eletroeletrônicos, pilhas e baterias, a ser realizada no pátio da Secretaria de Infraestrutura Urbana (SEINFRA). Adicionalmente, o evento contará com a participação de escolas e oferecerá oficinas voltadas para o público infantil, incluindo uma atividade com argila e oficinas focadas no reaproveitamento de materiais reciclados, artesanato e destinação de roupas inservíveis. A Conselheira concluiu informando que os detalhes completos referentes à programação do Dia Mundial da Reciclagem serão encaminhados diretamente no grupo de comunicação dos Conselheiros. O Presidente Jovita questionou se o material com as orientações para o cadastramento das ações já havia sido disponibilizado no grupo do Conselho e solicitou que, caso ainda não tivesse sido feito, o conteúdo fosse encaminhado tanto naquele espaço quanto nos demais grupos de comunicação. Por fim, reiterou seus agradecimentos e parabenizou novamente a Conselheira Magda pelos trabalhos desenvolvidos. Sem mais manifestações, o Presidente Jovita encerra esta pauta, passando para o próximo item. **Pauta 4) Sugestões de Pauta e Palavra Livre:** Novo Código do Meio Ambiente (andamentos); Câmara Técnica Dosimetria (andamentos); **4.1) Novo Código do Meio Ambiente:** O Presidente Fábio João Jovita, abre esta pauta mencionando que houve o andamento da tramitação do novo Código Municipal do Meio Ambiente, informando que o projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na semana anterior e encaminhado à Comissão de Urbanismo. Relatou sua participação na audiência realizada no dia anterior, ocasião em que foi definida a relatoria da matéria, com previsão de que o texto entre em votação na comissão já na semana seguinte. Esclareceu que, por se tratar de uma Lei Complementar, o projeto passará por duas votações em Plenário após a liberação pela Comissão de Urbanismo. O Presidente compartilhou a expectativa de que o Código seja aprovado pelo Legislativo ainda no mês de maio. Contudo, ressaltou que o cronograma não deve ser tratado como uma promessa, uma vez que, após a recepção do texto pelo Poder Executivo, a Procuradoria-Geral do Município avaliará todas as emendas e alterações realizadas, o que pode abrir prazo para discussões sobre vetos ou sanção integral. Por fim, manifestou seu desejo pessoal de que a publicação oficial do novo Código ocorra em junho, avaliando que o lançamento da nova legislação durante o mês do Meio Ambiente seria um marco emblemático para o município. Sem mais manifestações, o Presidente Jovita encerra esta pauta, passando para o próximo item. **4.2) Câmara Técnica - Dosimetria:** O Presidente Fábio João Jovita, abre esta pauta mencionando a respeito da deliberação sobre a instituição de uma nova Câmara Técnica, contextualizando o andamento dos trabalhos do grupo que atualmente debate a dosimetria das sanções ambientais. Informou que a equipe técnica desenvolveu uma fórmula para atender aos parâmetros do novo código e que o modelo será apresentado na próxima reunião do grupo, com previsão de encerramento das atividades entre os meses de maio e junho. Em respeito ao tempo e à dedicação voluntária dos Conselheiros, o Presidente propôs que a nova Câmara Técnica — destinada a discutir a atualização do Plano Municipal da Mata Atlântica — inicie formalmente suas atividades apenas após a conclusão definitiva dos trabalhos da Câmara Técnica sobre a Dosimetria, evitando a sobreposição de demandas sobre os mesmos integrantes. Após abrir espaço para debate e não haver manifestações contrárias, o Presidente colocou a proposta em regime de votação. A criação da Câmara Técnica para a atualização do Plano da Mata Atlântica, com início condicionado ao término do grupo anterior, foi aprovada por unanimidade do Colegiado. O Presidente Jovita esclareceu que já existe uma lista de Entidades Públicas e privadas designadas para compor as câmaras técnicas. Ressaltou, contudo, que as reuniões desses grupos são amplamente divulgadas e abertas à participação de qualquer interessado. Explicou que os membros oficiais das Câmaras Técnicas serão convocados formalmente para as agendas de trabalho e que a organização do cronograma, definição de datas e envio dos convites ficarão sob a responsabilidade do Secretário Executivo, Neto, e da Conselheira Magda. Por fim, o Presidente abriu espaço para questionamentos, indagando se os Conselheiros possuíam alguma dúvida sobre o procedimento. O Conselheiro Aldo Borges, do Rotary Club questionou se o Conselheiro Jonas também estava integrado ou participando da composição da referida Câmara Técnica. O Presidente Jovita respondeu negativamente, informando que o Conselheiro Jonas de Medeiros não estava incluído na lista atual. Contudo, reforçou o convite e reiterou que a Câmara Técnica não é restrita a integrantes específicos, mantendo as portas abertas para a participação de outros interessados. A Conselheira Magda complementou a informação lembrando que o Regimento Interno do Conselho, inclusive, confere aos Conselheiros a prerrogativa de indicar representantes ou especialistas de fora do colegiado para compor e contribuir com os trabalhos da Câmara

Técnica. A Conselheira Magda ressaltou o fluxo dos trabalhos, reforçando que a atualização do Plano Municipal da Mata Atlântica será iniciada imediatamente após a conclusão da dosimetria. Lembrou, contudo, que todas as discussões, relatórios e produtos finais desenvolvidos no âmbito das câmaras técnicas devem, obrigatoriamente, ser encaminhados à Plenária do Conselho para recepção, debate e deliberação final de todos os membros. O Conselheiro Dieter manifestou o interesse de sua entidade em integrar a Câmara Técnica recém proposta e questionou se o grupo teria capacidade para absorver novos membros além dos que já haviam sido previamente listados. O Presidente Jovita esclareceu que todos os membros do Condema possuem o direito garantido de participar das discussões e manifestar suas opiniões, independentemente de estarem formalmente inscritos na composição da Câmara Técnica. Informou que o Secretário Executivo, Neto, fará a divulgação das datas das reuniões de trabalho diretamente no grupo da Plenária para assegurar o acesso a todos. O Presidente reforçou que a ampla adesão é positiva, ressaltando que o Colegiado, na verdade, incentiva e valoriza a participação de um número maior de Conselheiros nesses debates. O Presidente detalhou o andamento da Câmara Técnica de dosimetria, explicando que, após o Conselho receber os primeiros resultados do grupo, o material foi submetido à análise do setor de fiscalização. Durante esse processo, os Fiscais identificaram dificuldades práticas para preencher os autos de infração e calcular o valor exato das multas no momento da aplicação em campo. Diante disso, foram realizadas reuniões internas que resultaram na criação de um modelo alinhado às diretrizes do novo código, estruturado em duas sistemáticas distintas. A primeira consiste em uma tabela por níveis e sub níveis, aplicada a infrações que não podem ser mensuradas por área, onde o valor da penalidade se eleva progressivamente de acordo com circunstâncias agravantes, como intervenções em Áreas de Preservação Permanente (APP) ou no interior de Unidades de Conservação. A segunda sistemática adota o critério por área, sendo voltada para infrações passíveis de medição física, calculando o impacto proporcional ao tamanho da área afetada, como nos casos de supressão de vegetação ou terraplanagem. O Presidente ressaltou que priorizou a simplicidade, o pragmatismo e a objetividade no desenvolvimento dessa nova ferramenta, garantindo que o sistema seja de fácil compreensão tanto para o corpo técnico quanto para pessoas leigas. Por fim, informou que essa proposta reformulada será apresentada primeiramente aos membros da Câmara Técnica e, caso seja validada pelo grupo, a metodologia será trazida à Plenária do Conselho para uma exposição detalhada. Nessa oportunidade, os Conselheiros poderão realizar testes práticos e simulações com exemplos reais para verificar a aplicabilidade e homologar o modelo. O Presidente contextualizou que, para fins de esclarecimento geral, a Dosimetria define o parâmetro de atribuição do valor da multa aplicada especificamente em autos de infração ambiental, não se confundindo com questões de posturas urbanas ou obras. Exemplificou que, em um caso de terraplanagem, o valor da penalidade dependerá de um cálculo fundamentado nas circunstâncias reais constatadas pelo Fiscal de campo, as quais serão inseridas na tabela desenvolvida para gerar o resultado objetivo em Unidades Padrão Municipal (UPM). Ressaltou que essa objetividade é fundamental tanto para a atuação do Fiscal no momento da lavratura quanto para a transparência junto ao município, permitindo que ele compreenda com clareza como se chegou àquele patamar financeiro e possa exercer seu direito de defesa. Ademais, o Presidente destacou como uma das principais inovações do novo Código Municipal do Meio Ambiente a instituição da etapa de "Alegações Finais" no rito administrativo ambiental. Explicou que, no modelo atual, o processo encerra-se com a decisão logo após a emissão do Parecer Técnico, sem que o autuado tenha a oportunidade jurídica de se contrapor a esse documento técnico da Secretaria. Com a introdução das "Alegações Finais", o fluxo processual passará a contar com o auto de infração, a defesa, o parecer técnico e, sequencialmente, o prazo para as alegações finais antes da decisão. O Presidente concluiu enfatizando que essa alteração legal amplia significativamente as garantias de ampla defesa e do contraditório, suprimindo uma lacuna hoje existente na legislação municipal. O Presidente reforçou que, no rito atual, o autuado apenas apresenta sua defesa inicial e, após a manifestação da Secretaria sobre as reparações necessárias, recebe a decisão final diretamente em sua residência, sem oportunidade de tréplica. Destacou que o novo Código Municipal do Meio Ambiente e a estruturação da dosimetria vêm justamente para encerrar esse modelo, garantindo que o cidadão compreenda com precisão os critérios que fundamentaram o patamar da penalidade aplicada pela infração ambiental. Ao finalizar, o Presidente indagou se os Conselheiros tinham alguma dúvida imediata e tranquilizou o colegiado, reiterando que nenhuma decisão está sendo tomada de forma isolada. Garantiu que todos os critérios estabelecidos serão submetidos à apresentação, testes práticos e posterior votação na Plenária, ressaltando o compromisso de entregar uma ferramenta que simplifique o trabalho de quem lava o auto e, principalmente, assegure a transparência para quem precisa se defender. O Conselheiro Samir apresentou uma sugestão, lembrando que uma reunião anterior da Câmara Técnica realizada com a participação direta dos Fiscais da Secretaria de Meio Ambiente (SAMA) foi extremamente produtiva, e recomendou que eles sejam trazidos novamente para o debate do novo modelo. O Presidente Jovita acatou a sugestão e confirmou que os Fiscais da Secretaria serão formalmente convidados a participar da próxima reunião da Câmara Técnica de Dosimetria. Informou que solicitou a esses profissionais o levantamento de casos reais em andamento para que sirvam de base para simulações concretas com a nova tabela, testando a viabilidade e a facilidade de preenchimento do modelo. Esclareceu, ainda, que os processos antigos já julgados e com penalidades atribuídas não serão afetados negativamente, uma vez que haverá uma regra clara de transição. Contudo, o Presidente ressaltou o princípio jurídico de que as inovações que trouxerem prejuízos não retroagirão, enquanto todas as medidas benéficas instituídas pelo Novo Código poderão retroagir em favor do autuado, desde que expressamente solicitadas pela parte interessada. Ao encerrar esse ponto, ele celebrou a produtividade da reunião, destacando o horário de término às 11h05. Na sequência, o Presidente declarou aberta a etapa da Palavra Livre, franqueando o espaço para que os Conselheiros pudessem trazer novos assuntos, sugestões ou manifestações gerais à Plenária. A Conselheira Virgínia, da UDESC compartilhou que está desenvolvendo uma pesquisa de doutorado na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) voltada à avaliação das águas superficiais e subterrâneas da região, bem como à interação entre elas e o ciclo hidrológico local, com foco especial na área da Serra. O estudo utiliza traçadores ambientais isotópicos — que empregam a própria molécula da água — para mapear como a umidade vinda do

oceano é ciclada na serra e de que forma ela mantém a vazão do Rio Cubatão. A pesquisadora ressaltou a importância vital da vegetação nesse processo, corroborando uma máxima frequentemente citada pelo Conselheiro José Mário, do CHBB de que as árvores atuam como o verdadeiro reservatório local, cuja ausência inviabilizaria a segurança hídrica. Informou que as coletas mensais de água da chuva, do rio, de nascentes e de poços estão ocorrendo desde janeiro e que, assim que os dados estiverem mais consolidados, solicitará um espaço na Plenária para apresentar os resultados ao Comitê. Por fim, reforçou o caráter estratégico e a extrema necessidade de preservação da Área de Proteção Ambiental (APA) Dona Francisca como garantia fundamental para a manutenção do abastecimento de água do município. O Presidente Jovita complementou a fala da Conselheira mencionando que, no dia anterior, a Companhia de Águas de Joinville (CAJ) apresentou os dados da pauta recorrente sobre o Índice de Qualidade da Água (IQA) dos rios Cubatão e Pirai. Relatou que o IQA do Rio Cubatão apresenta boa qualidade, porém com alternâncias ao longo do período monitorado, enquanto o Rio Pirai mantém um índice quase excelente e sem oscilações. O Presidente explicou que, segundo o corpo técnico da Companhia, essa diferença ocorre porque o Rio Pirai se encontra em uma área mais preservada e com menor ocupação humana, o que garante um nível de qualidade elevado e uma vazão mais constante e regular. Em contrapartida, as áreas com maior antropização e menor cobertura vegetal, como trechos do Cubatão, sofrem um impacto lógico que compromete a estabilidade da qualidade da água. Por fim, ressaltou o alinhamento entre os dados da CAJ e a pesquisa científica apresentada pela professora Virgínia, destacando a importância de estudos que comprovem na realidade local os efeitos da ação humana e da preservação ambiental. A professora Virgínia fez um esclarecimento pontual, ressaltando que a pesquisa de doutorado em desenvolvimento não possui relação com a avaliação da qualidade da água. Ela enfatizou que o objetivo central do trabalho é estritamente o mapeamento e o rastreamento do ciclo hidrológico local por meio dos traçadores isotópicos, não abrangendo, portanto, análises sobre índices de poluição ou potabilidade. O Presidente Jovita concordou e questionou se o foco do estudo da professora é mais voltado para a questão do volume, da dinâmica de recarga e da manutenção da vazão hídrica na região. A Professora Virgínia confirmou que o real propósito da pesquisa é demonstrar cientificamente a importância da preservação do ecossistema local para a manutenção e a garantia da quantidade e da disponibilidade de água na região. O Presidente Jovita concluiu destacando que, de qualquer forma, trata-se de um detalhe muito interessante e que se alinha perfeitamente com as informações e dados que o Conselho da APA havia recebido no dia anterior. A Conselheira Virgínia esclareceu que os dados disponíveis na pesquisa limitam-se ao monitoramento pluviométrico, não abrangendo registros relacionados a alagamentos ou à quantidade volumétrica da água, embora possuam dados referentes à qualidade. Ela lembrou, ainda, que no passado a equipe chegou a submeter um projeto voltado especificamente para o monitoramento da chuva na região da Serra; a proposta foi aprovada no processo de seleção, contudo, os recursos financeiros necessários para a sua execução nunca foram efetivamente liberados. A Conselheira Virgínia ressaltou que a única estação de medição de nível existente na região fica localizada antes da Estação de Tratamento de Água (ETA) Cubatão. Ela explicou que se trata de uma estação de régua, classificada por ela como ruim, onde o próprio Comitê de Bacia possui um sensor de nível instalado. Contudo, essa estrutura enfrenta sérias complicações operacionais devido à existência de uma espécie de barragem móvel mantida pela Companhia de Águas de Joinville (CAJ) naquele ponto. Como essa estrutura frequentemente desmorona e precisa ser reorganizada pela Companhia, a relação matemática exata entre a altura do nível da água e a vazão do rio é quebrada a cada intervenção. A Conselheira enfatizou que essa quebra inviabiliza a manutenção de um histórico confiável de dados, fazendo com que nunca se saiba ao certo a real quantidade de água disponível. Diante disso, ela defendeu a importância estratégica de fixar e consolidar definitivamente aquela estrutura para evitar tais variações e impedir a perda contínua dos dados hidrológicos. O Presidente Jovita ponderou sobre a necessidade de se manter uma distinção clara entre as diferentes demandas discutidas no âmbito do Conselho da APA Dona Francisca. Ele destacou que o principal interesse da administração pública é de ordem coletiva, focado na realização de obras de desassoreamento, e desassoreamento/ desentranhamento para proteger as famílias locais contra o impacto de eventuais alagamentos, cheias e enchentes. O Presidente lembrou ainda que, há cerca de três ou quatro anos, foi adotado um cuidado muito rigoroso em conjunto com a Defesa Civil, que realiza o mapeamento constante e a atualização dos pontos mais críticos da região. Explicou que o processo de assoreamento na calha daquela área é bastante acentuado e natural devido à própria formação rochosa local, mas observou que, historicamente, os debates no comitê sempre convergem para a questão sensível da atividade dessa lavra específica situada acima da captação de água. O Presidente levantou preocupações técnicas sobre o comportamento hidrológico diante de intervenções como o desassoreamento e o enroncamento, questionando quais substâncias acumuladas por anos de antropização poderiam estar depositadas sob os sedimentos e acabar sendo carreadas para o ponto de captação de água caso o fundo do rio seja manejado sem critérios rigorosos. Relembrando o episódio em que o fornecimento de água da cidade precisou ser interrompido por um dia e meio devido a um acidente químico na Serra, alertou que mexer na calha do rio sem estudos aprofundados pode gerar passivos imprevisíveis e um problema de grandes proporções para o município. Apesar dos riscos, concordou com a sugestão do Conselheiro Maicon de que os arquivos anteriores da Câmara Técnica de desassoreamento sejam resgatados para estudo e aprimoramento, classificando o tema como de grande relevância. Por fim, o Presidente e o Conselheiro Maicon abordaram o revés sofrido em uma decisão judicial recente envolvendo o Ministério Público, que passou a exigir o licenciamento ambiental individualizado para cada trecho a ser desassoreado. Criticou o entendimento do órgão ministerial, segundo o qual a dispensa de licença por razões de emergência só se justificaria se o dano ou o desastre já estivessem ocorrendo de fato. O Presidente contestou essa interpretação, argumentando que a lógica da Engenharia e da Defesa Civil deve ser preventiva, e que condicionar uma obra de mitigação à ocorrência prévia da tragédia desvirtua completamente o conceito de prevenção. O Presidente Jovita consultou a Plenária sobre o interesse de mais algum Conselheiro em fazer uso da Palavra Livre e, diante da ausência de novas manifestações, agradeceu a compreensão de todos, celebrando o encerramento dos trabalhos em tempo recorde e desejando um excelente dia e uma boa semana aos presentes. Antes de finalizar

oficialmente a Sessão, o Presidente fez um agradecimento especial ao Sr. Luiz Carlos da Silva Seixas, que participava de sua última reunião como operador do serviço de apoio ao Conselho, após dois anos de atuação. Enfatizou que ele foi o braço direito do Secretário Executivo, Neto, destacando sua competência na manutenção de uma agenda sempre organizada e a ausência de problemas operacionais durante o período. Ao parabenizá-lo e agradecer pelo importante serviço prestado, o Presidente reforçou o convite para que o Sr. Luiz retorne às futuras reuniões na condição de ouvinte e cidadão Joinvillense. O senhor Luiz agradeceu a homenagem e expressou sua gratidão ao Colegiado, momento que foi celebrado por todos os Conselheiros presentes com uma calorosa salva de palmas. Sem mais manifestações, o Presidente do Comdema Fábio João Jovita agradece a presença e a atenção dos presentes, encerrando a reunião às 11:10, a qual foi lavrada pela Secretaria do Conselho e assinada pelo Presidente do Comdema, Fábio João Jovita, após aprovação dos demais Conselheiros.

Fábio João Jovita
Presidente do COMDEMA

Márcio Luís Nunes da Silva Júnior
Vice-Presidente do COMDEMA

Guilherme Miozzo da Cunha
José Augusto de Souza Neto
Luiz Carlos da Silva Seixas
SAMA - Unidade de Apoio aos Conselhos

****A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)**



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita, Secretário (a)**, em 02/07/2026, às 11:09, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **29674231** e o código CRC **A2274848**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br